

**Elogio  
de  
Claude Allègre**

por ocasião da atribuição do seu Doutoramento Honoris Causa  
pela Universidade de Évora

proferido por José Mariano Gago

a convite da mesma Universidade

no dia 1 de Novembro de 2009.

Decidiu a Universidade de Évora atribuir o grau de Doutor Honoris Causa a Claude Allègre, cientista eminente, político destacado, publicista e divulgador, homem público de notoriedade tão confirmada como controversa.

Na sua proposta, lembra o Reitor da Universidade que Claude Allègre, licenciado em Física e Geologia, se doutorou em Física. Director do programa de Geoquímica e Cosmoquímica do CNRS, foi director do Instituto de Física do Globo em França e trabalhou em várias universidades e instituições de outros países. Claude Allègre dedicou grande parte da sua vida científica à geoquímica terrestre, contribuiu para a compreensão da constituição da Terra, do vulcanismo, da evolução da atmosfera ou da formação de nebulosas planetárias, e desenvolveu técnicas novas de datação.

Recebeu em 1986 o prémio Crafoord, administrado pela Academia Sueca, a mais alta distinção mundial em domínios científicos não cobertos pelo prémio Nobel, como a geologia, a matemática, a astronomia ou a ecologia. Foi-lhe atribuída a medalha de ouro do CNRS e a medalha Wollaston e foi eleito membro de várias Academias das Ciências.

Sublinha contudo na sua proposta o Reitor da Universidade o papel decisivo e de liderança do homenageado na elaboração da Declaração da Sorbonne de 1998, e no processo que conduziu, um ano depois, à subscrição da Declaração de Bolonha por 29 países (entre os quais Portugal), pedra angular do processo subsequente de reformas nos sistemas de ensino superior dos Países europeus. É essa a motivação escolhida pela Universidade para a outorga do Doutoramento Honoris Causa a Claude Allègre, que foi ministro da Educação, da Investigação e da Tecnologia de França entre 1997 e 2000.

Quis a Universidade que eu pronunciasse aqui o elogio do Doutor Claude Allègre. Agradeço à Universidade a honra desse convite. Aceito-o com sentido académico, mas também com gosto, amizade e sentido de justiça.

Amizade e justiça.

Aprendi a respeitar Allègre pela sua coragem intelectual, gosto da controvérsia, sentido de responsabilidade em apresentar e debater publicamente os seus pontos de vista. São dignas de atenção e de apreço as suas tomadas de posição críticas e argumentadas contra um pensamento único ambientalista, duvidando que se tenham compreendido os fenómenos em jogo nas alterações climáticas, discordando da criação da taxa carbono ou da adopção de um princípio universal de precaução. Aprendi a respeitá-lo mais ainda quando mais me irritava por vezes – no gosto irreverente e adolescente da provocação que nunca o abandonou, e é para alguns tão insuportável quanto impossível fazer mudar, pois é parte de si mesmo – e a apreciar, com amizade, a coragem que nunca perdeu de defender com unhas e dentes os seus pontos de vista, mas também de respeitar quem lhe faz frente e o faz mudar de opinião (fenómeno tanto mais notável quanto raro, convenhamos!).

Num dos livros que me ofereceu – cujo título é, por si, um manifesto (“Ma Verité sur la Planète”) – escreveu de dedicatória, após a fórmula de amizade, “en souvenir de combats communs à Bruxelles et ailleurs”. Não é verdade que o homem se nos revela nos mais pequenos gestos, especialmente nos que o fazem mais humano? Este homem é isso mesmo e assim se vê a si próprio: um combatente.

Não me demorarei pois senão no domínio escolhido pela Universidade de Évora para agraciar o homenageado: o seu papel fundador no que viria a ser o actual Processo de Bolonha.

Contudo, e nos limites apertados da vossa paciência, este elogio não poderá ser mais do que um esboço de análise, a dez anos de distância, da Declaração original de que Allègre foi o responsável, e uma reflexão brevíssima sobre alguns aspectos de Portugal e do seu Ensino Superior, à luz dessa mesma Declaração.

Que diz então a Declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1998 – a Declaração Allègre – Berlinguer - Blackstone - Rüttgers?

1. Começa por afirmar o primado do conhecimento e das Universidades:  
« L’Europe que nous batissons n’est pas seulement celle de l’Euro, des banques et de l’économie; elle doit être aussi une Europe du savoir. Nous devons renforcer et utiliser dans notre construction les dimensions intellectuelles, culturelles, sociales et techniques de notre continent. Elles ont été, dans une large mesure, modelées par ses universités, qui continuent à jouer un rôle central dans leur développement ».
2. Critica o facto de ainda existirem hoje muitos estudantes que não beneficiaram de um período de estudos fora das fronteiras nacionais.
3. Lembra que as mudanças sociais, no trabalho e nas carreiras, impõem a obrigação da formação ao longo da vida, e que o ensino superior deve responder a essa necessidade nova.

4. Sublinha que um espaço aberto de ensino superior na Europa tem de abolir barreiras à mobilidade e promover uma cooperação mais estreita entre instituições.
5. Afirma que o reconhecimento internacional das qualificações e o potencial atractivo dos sistemas de ensino superior estão directamente ligados à sua “legibilidade”. Consta que parece emergir um sistema no qual dois ciclos principais – pré-licenciatura e pós-licenciatura – deveriam ser reconhecidos para facilitar comparações e equivalências ao nível internacional, associados à utilização de créditos (ECTS) e de semestres escolares. E antevê a abertura que a generalização desta arquitectura pode permitir: “Cela permettra la validation des crédits acquis par ceux qui choisiraient de conduire leur éducation, initiale ou continue, dans différentes universités européennes et souhaiteraient acquérir leurs diplômes à leur rythme, tout au long de leur vie. En fait, les étudiants devraient pouvoir avoir accès au monde universitaire à n’importe quel moment de leur vie professionnelle, en venant des milieux les plus divers »
6. Aponta para um modelo desejável de licenciaturas, com programas suficientemente diversificados, a possibilidade de seguir estudos pluridisciplinares, adquirir competência em línguas vivas e uso de tecnologias de informação, e indica a necessidade de mestrados e doutoramentos assentes na investigação e no trabalho individual.
7. Coloca-se na esteira da Convenção de Lisboa de 1997, sobre o reconhecimento mútuo das qualificações universitárias, e afirma, a este respeito, a necessidade de intervenção dos governos para fazer avançar, na prática, esse processo. Entende que as mudanças propostas podem precisamente contribuir para esse fim.
8. Por fim, os signatários comprometem-se a agir no sentido do que propõem e a apelar a todos os outros Estados e a todas as Universidades, no sentido de melhorar e modernizar a educação superior.

Em resumo: a declaração da Sorbonne, do ponto de vista da política europeia, procura mobilizar energias para que a Europa económica se não sobreponha à Europa do conhecimento. Escolhe as Universidades como agentes fundamentais da construção da Europa como sociedade do conhecimento. Aponta para as condições desse processo: o alargamento da base social do ensino superior e a resposta, à escala europeia, às necessidades novas de mobilidade e de aprendizagem ao longo da vida.

A Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999, que multiplica as 4 assinaturas iniciais para 29, repete quase integralmente a declaração inicial. Acrescenta-lhe contudo a afirmação política da autonomia universitária, a palavra competitividade referida à projecção internacional da Europa, a cooperação em matéria de avaliação e garantia de qualidade, assim como a cooperação europeia entre universidades em matéria de programas integrados de estudo, de investigação e de mobilidade. E aponta um prazo: dez anos para a concretização das medidas relativas à arquitectura do sistema.

A história destes dez anos, em que se afirmou, na sequência das Declarações, um processo, o Processo de Bolonha; em que esse Processo se converteu em fronteira alargada móvel da Europa, muito para além da União Europeia, ou seja, se tornou num instrumento essencial de cooperação informal dos países da União; em que o Processo de Bolonha, voluntariamente aceite e desejado, se converteu num dos instrumentos mais importantes de estímulo a um movimento de reformas nacionais dos sistemas de ensino

superior em muitos países europeus e de referência para fora da Europa, - a história destes dez anos é sobejamente conhecida por todos. O prazo fixado foi efectivamente cumprido. E os objectivos diversificaram-se e aprofundaram-se.

Entre muitos, dois pontos poderiam hoje merecer a nossa atenção: Como estamos de mobilidade internacional? Como nos situamos quanto ao alargamento da base social de acesso ao ensino superior?

Relativamente a cada um destes dois pontos é forçoso constatar a imperiosa necessidade de estudos coordenados, á escala europeia, que esclareçam devidamente o que se passa, nas suas várias dimensões. Bolonha transformou, e bem, as Universidades, e aproximou-as dum ideal de abertura social e internacional. Mas esse mesmo processo de transformação ainda não é hoje parte fundamental da sua agenda de investigação. Urge ultrapassar esta limitação.

Sabemos por exemplo que o programa Erasmus, na sua vertente de mobilidade dos estudantes, contribuiu largamente para construir o processo de Bolonha na vida concreta, para promover a superação de dificuldades de comunicação, desconfianças, atavismos burocráticos e bloqueios corporativos entre instituições de países diversos. Sabemos que sem ele estaríamos muito mais atrasados nos processos de reconhecimento mútuo de formações. Mas não ignoramos que esse reconhecimento, em muitos casos, é ainda indevidamente dificultado em muitas instituições e em muitos países, ao ponto de limitar a apetência para ir estudar para fora durante um semestre ou um ano.

Do mesmo modo não ignoramos que a evolução da base social dos estudantes Erasmus não acompanhou o alargamento da base social dos estudantes do ensino superior verificada um pouco por todo o lado. Essa foi aliás uma das prioridades da Presidência portuguesa da União Europeia do ano passado e conduziu recentemente a acções de reforço das bolsas Erasmus para estudantes mais carenciados em alguns países, como aliás em Portugal.

E como estamos em matéria de internacionalização do corpo docente e de investigação das próprias Universidades? Sabemos a enorme diversidade de situações, não apenas nacionais, mas especialmente entre instituições individualmente consideradas, e como a abertura internacional na renovação do corpo docente das Universidades aparece intimamente ligada ao peso da investigação, logo da qualidade académica, da cada instituição.

O caso português é, nesse aspecto, paradigmático da contribuição que a abertura internacional proporcionada pela política científica pode oferecer á abertura internacional da própria Universidade.

Os estrangeiros representam, em Portugal, cerca de 3% dos docentes do ensino superior, público e privado, universitário e politécnico, número quase constante desde 2001, e que atinge 4%, em média, nas Universidades, quer públicas quer privadas.

Mas são estrangeiros hoje cerca de 30% dos doutorados recrutados anualmente por concurso internacional, sem restrição qualquer de nacionalidade, pela FCT, como bolseiros de pós-doutoramento. Falamos de 30% de cerca de 500 novos bolseiros por ano.

E são estrangeiros cerca de 41% dos mais de 1000 investigadores doutorados contratados, por concurso, pelos recentes programas Ciência 2007 e 2008. Só nos últimos dois anos, portanto, por esta via, e em consequência da política científica seguida, o número de doutorados estrangeiros nas universidades públicas portuguesas aumentou mais de 50%.

Resta agora saber e acompanhar a forma como se diversificará doravante a capacidade de abertura das instituições no recrutamento por concurso para os seus quadros, quando um fluxo de abertura internacional penetra e irriga os seus centros e institutos de investigação.

Mas o caso português ainda é mais interessante e apaixonante quando as transformações dos últimos anos (em Portugal a completa apropriação do Processo de Bolonha fez-se nos últimos 4 anos) se situam na perspectiva das transformações históricas do País nas últimas décadas, e do papel que o ensino superior desempenha na democratização da sociedade e na mobilidade social.

Em 1960, havia 22 mil estudantes no ensino superior em Portugal, e 25 mil em 1964. Trinta anos depois, em 1995, ou vinte anos depois da Revolução democrática de 1974, eram 313 mil, ou 373 mil neste ano lectivo de 2008-2009.

Uma revolução, portanto.

Em 1963-64 a oportunidade de acesso ao ensino superior dos jovens oriundos de famílias de empresários, dirigentes e profissionais liberais era 160 vezes maior do que a dos jovens provenientes de famílias de operários industriais e trabalhadores agrícolas. Os 11% da camada social superior e média-alta contribuíam então com 85% dos estudantes do ensino superior.

Na segunda metade da década de 80 (1985-1990) a oportunidade de acesso relativa dos grupos sociais indicados tinha passado de 160 para 13. Uma revolução social.

Hoje, de acordo com estudos recentes, cerca de 60% dos estudantes provêm de meios de posicionamento social “alto” ou “médio-alto”, os quais correspondem a cerca de 30% da população. Dito de outra forma, as desigualdades sociais que, ao fim deste impressionante processo de democratização, ainda existem (e que não serão possivelmente muito diversas das de outros países desenvolvidos) revelam-se no facto dos 70% dos grupos domésticos “baixo” e “médio-baixo” contribuírem hoje com 40% dos estudantes do ensino superior. Mas este mesmo desequilíbrio insere-se numa fortíssima e rápida tendência para o alargamento da base social de acesso do ensino superior e revela o papel decisivo que, em poucas décadas, o ensino superior passou a desempenhar na mobilidade social ascendente em Portugal.

É pois no terreno da construção europeia e do papel, maior ou menor, do Conhecimento e da possibilidade de adquirir níveis elevados de qualificação que se inscreve a declaração original da Sorbonne em 1999. Mas, mais do que isso, percebemos hoje que a sua ambição responde a aspirações sociais profundas que encontram na educação superior um terreno de resposta, desde que esta se democratize e modernize, saiba

responder a percursos escolares e profissionais que a diversidade social consigo traz necessariamente, se internacionalize e reforce a sua qualidade e relevância.

A Universidade é antes de mais casa de cultura e de valores. O reforço do seu papel na sociedade e no seu desenvolvimento é hoje condição essencial para todo o progresso social e para o futuro de sociedades modernas e democráticas.

Em Portugal, sabemos bem o que isso significa. Hoje que está concluída, no essencial, a reforma modernizadora do Ensino Superior que era necessária e quando se anuncia um Contrato de Confiança entre o País e as suas Universidades e Politécnicos, entre a comunidade académica e a sociedade, partilhando a responsabilidade de Programas de desenvolvimento ambiciosos, capazes de dar corpo à expressão dos modernos valores fundamentais da Educação Superior, urge reafirmar a prioridade à Ciência e ao Ensino Superior como pilares do nosso desenvolvimento.

A visão de Claude Allègre e a sua energia e acção num momento chave da Europa contribuíram para essa consciência europeia moderna das Universidades. Numa intervenção em 2004 na Universidade de Roma apelava a um novo renascimento da Europa e afirmava desassombradamente:

“Cette renaissance ne se fera pas à partir de Bruxelles, ni même d’une constitution, mais elle peut prendre naissance autour d’un réseau d’Universités renovées ».

Em 1772, o Marquês de Pombal fazia o Rei escrever-lhe  
Hey por bem ordenar-vos, como por este vos ordeno, que passando logo à sobred<sup>a</sup>  
Universidade façais nela restituir e restabelecer as Artes e Sciencias contra as Ruinas  
em que se acham sepultadas...